

CONTRATO Nº. 003/2020

Fis.: N.º 39 REG. N.º 03/2020
18/02/2020 AT00142.

Processo nº. 02.20.653

Contratação de empresa para prestação de Serviços Técnicos de Informática e Informação, que celebram a PBH ATIVOS S/A e a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – PRODABEL S.A

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – PRODABEL S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº: 18.239.038/0001-87, estabelecida à Av. Presidente Carlos Luz, nº: 1.275, Bairro Caiçara, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.230-000, representada por seu Diretor Presidente, Leandro Moreira Garcia, portador da CI-MG-10.128.278 e CPF: 063.335.376-08, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Procedimento de contratação direta - Inexigibilidade 002/2020, processo administrativo nº 02.20.653, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: a vencedora do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na condição de signatária do presente CONTRATO;
- II. **CONTRATANTE**: PBH ATIVOS, na condição de signatária do CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: presente contrato de prestação dos **SERVIÇOS**, celebrado entre a PBH ATIVOS e o vencedor do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **TR**: Termo de referência referente ao procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, incluindo todos os seus anexos;
- V. **CONTRATAÇÃO DIRETA**: procedimento administrativo vinculado às hipóteses contidas nos arts. 28, §3º, 29 e 30 da Lei Federal nº 13.303/2016, no qual a PBH Ativos poderá, ou deverá dispensar a realização de licitação.
- VI. **PARTICIPANTE**: pessoa jurídica que participe do procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme condições estabelecidas no TR/CONTRATO e na legislação aplicável;
- VII. **INEXIGIBILIDADE**: Procedimento realizado na modalidade **CONTRATAÇÃO DIRETA**, referente a este processo, que resultou no presente CONTRATO;
- VIII. **SERVIÇOS**: denomina os serviços que compõem o objeto da **CONTRATAÇÃO DIRETA**, conforme especificações do TR, em especial do Anexo I, bem como da Proposta apresentada pelo PARTICIPANTE.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

2.1. Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços técnicos de informática e informação, conforme demanda da contratante, contemplando os serviços descritos, em especial no anexo I deste contrato.

2.1.1. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I. Anexo I do TR – Prestação do serviço;
- II – Proposta da Contratada;
- III – Justificativa Técnica, independentemente de sua transcrição;

2.1.2. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13, Lei Municipal nº 10.936/16, Leis Federais nº 10.520/02, 12.846/13 e nº 13.303/16, Lei Complementar Federal nº 123/06, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 007/19, que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei, em especial dos artigos 71, 72 e 81 da Lei Federal 13.303/2016.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do CONTRATO inicial e observada a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo para início da execução dos serviços pela CONTRATADA será contado a partir da assinatura do CONTRATO, e, o seu recebimento pela CONTRATANTE, será procedido da seguinte forma:

- I. Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação se encontrar da conformidade com o especificado no TR;
- II. Definitivamente**, no caso de a execução do serviço estar de acordo com o especificado no TR e anexos.
- III.** Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do CONTRATO será realizado o recebimento definitivo pelo fiscal do CONTRATO, com as assinaturas no Termo de Aceite Técnico, após o qual a CONTRATADA será comunicada para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

5.2. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.3. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

5.5. Os serviços e soluções solicitados pela PBH ATIVOS deverão ter o seu escopo e os requisitos de negócio de forma completa com prazos previstos de entrega pré-estabelecidos.

5.6. O prazo de entrega dos serviços/demandas dependerá dos fatores descritos a seguir, considerado VIP:

- qualificação da demanda/serviço;
- complexidade do atendimento;
- estimativa de esforço elaborada através de métrica pré-definida, por tipo de atividade e serviço;
- definição de prioridades;
- disponibilidade de mão-de-obra para execução do serviço pela CONTRATADA;
- deliberação prévia com aprovação pela CONTRATANTE para fornecimento do serviço, conforme orçamento apresentado pela CONTRATADA para determinada demanda.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global estimado de R\$ 304.000,00 (trezentos e quatro mil reais), para o período de vigência deste contrato.

6.2. Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser realizado mensalmente, pela Gerência Financeira mediante as Notas Fiscais emitidas pela PRODABEL, no prazo máximo de até 20 (vinte) dias.

7.1.1. As homologações (Aceites) de serviços prestados e soluções entregues, por demanda e/ou despesas fixas mensais, deverão ocorrer em até 10 (dez) dias úteis a partir da data da sua entrega pela PRODABEL. Não havendo pronunciamento por parte da PBH ATIVOS e decorrido o prazo de homologação, a PRODABEL emitirá a fatura correspondente e a PBH ATIVOS se obrigará a realização do pagamento no mês correspondente ao seu vencimento.

7.2. O pagamento à CONTRATADA será realizado por meio de depósito bancário na **conta corrente nº - 3283-4 da Agência nº 0093-0 (Santa Efigênia)** creditando no Banco 104 - Caixa Econômica Federal.



7.3. Nos preços constantes do contrato a ser celebrado deverá estar incluído todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

7.4. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal do contrato, previamente designado pelo CONTRATANTE, por publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

7.5. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

7.6. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O CONTRATO, será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

9.1.1. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

9.2. Os preços serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da solicitação da CONTRATADA, que se for o caso, deverá vir acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que as fundamenta.

9.2.1. A PBH Ativos poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

9.3. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I - A partir da assinatura da apostila/termo aditivo;
- II - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das repactuações futuras ou;
- III - Em data anterior à repactuação do CONTRATO, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

9.4. No caso previsto no inciso III, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas neste contrato, no Projeto Básico, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I do Termo de Referência.
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação.
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- VI. manter uma Central de Atendimento e esta deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da CONTRATANTE;
- VII. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- VIII. pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.
- IX. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- X. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.

10.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.3. A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, toda e qualquer solicitação da CONTRATANTE decorrente de reformulação, correção ou adequação do serviço que se fizerem necessárias.

10.4. A CONTRATANTE poderá solicitar reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da CONTRATANTE, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do CONTRATO.

10.5. A CONTRATADA deverá indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do CONTRATO junto a CONTRATANTE. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar relatórios e participar de reuniões com a CONTRATANTE, que atenda as condições previstas no subitem 10.8 deste contrato.



10.6. É obrigação da CONTRATADA arcar com os custos relativos ao transporte e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto desta contratação.

10.7. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

10.8. A CONTRATADA deverá alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos SERVIÇOS, devendo:

- I. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:
 - a) Garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;
 - b) Realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
 - c) Participar das reuniões;
 - d) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção;
- II. Comprovar a capacitação e a regularidade dos PREPOSTOS alocados, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessários à referida comprovação;
- III. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH ATIVOS ou a terceiros;
- IV. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- V. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- VI. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;
- VII. Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

10.9. São ainda, responsabilidades da PRODABEL:

- a) Permitir acesso ao Call Center e ao Service Desk Manager (SDM) para registros de solicitações e incidentes pela CONTRATANTE;
- b) Elaborar proposta de fornecimento que permita à PBHATIVOS a decisão e a deliberação da OF – Ordem de fornecimento da prestação do serviço e/ou Abertura de Chamado no SDM;

- c) Executar projetos de desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas da Prodabel, utilizando-se o Processo de Software padronizado pela PBH (PSP);
- d) Garantir a continuidade dos serviços prestados, durante a vigência do instrumento contratual, desde que não dependa de ação específica de fornecedores externos contratados diretamente pela PBHATIVOS;
- e) Implementar e garantir a continuidade no Sistema SIATU do fluxo para acompanhamento dos recebíveis referentes à cessão de direitos creditórios, conforme requisitos funcionais e não funcionais previstos no EVT – Estudo de Viabilidade Técnica do projeto e implantação realizada em maio/2014, desde que haja entendimentos de priorização e de legalidade da demanda com o CG-SIATU – Coordenação do Grupo Gestor do SIATU;
- f) Garantir disponibilidade e segurança de conexão dos serviços à Internet via RMI;
- g) Disponibilizar as informações e mapas do Cadastro Técnico Municipal e informações georeferenciadas, desde que esteja devidamente autorizado pelo gestor da informação na PBH;
- h) Prestar consultoria para apoio à especificação técnica de serviços, soluções e treinamentos;
- i) Prestar serviço de suporte e manutenção corretiva de software quando forem desenvolvidos pela Prodabel;
- j) Todos os serviços a serem prestados pela Prodabel, citados como sua responsabilidade, serão atendidos mediante a Ordem de fornecimento com seu respectivo orçamento liberado pela PBHATIVOS;
- k) Responsabilizar-se pela guarda de informações e dados armazenados no Datacenter durante a vigência do contrato;
- l) Responsabilizar-se pela guarda e versionamento das aplicações implantadas em seu ambiente de Datacenter;
- m) Elaborar mensalmente o mapa de prestação de serviços prestados com as medições apuradas pela Prodabel e validadas pela PBHATIVOS para realização do faturamento relacionamento;
- n) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados, sem que isso implique qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- o) Garantir como “segredos comerciais e confidenciais” quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, utilizando-os apenas para as finalidades previstas neste Contrato, não podendo revelá-los ou facilitar sua revelação a terceiros;
- p) Reparar, corrigir, remover, reconstruir, trocar às suas expensas, os serviços e ferramentas em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do objeto contratado, sem ônus para a CONTRATANTE.

10.10. Não estão previstos neste instrumento:

10.10.1. prestação de serviço de instalação e mudanças de pontos de rede lógico e elétrico, exceto o serviço de franquia dos 5 pontos de rede indicado no anexo I do Termo de Referência

10.10.2. aquisições de sistemas aplicativos, *softwares e hardwares* de interesse da CONTRATANTE, pela CONTRATADA;

10.10.3. demandas de desenvolvimento e manutenção que se caracterizarem e qualificarem como evolutivas e/ou de projetos.

10.11. A CONTRATADA não fará reposição de softwares, peças e periféricos quando determinado equipamento estiver sem garantia ou sem cobertura contratual pela CONTRATANTE.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.
- V. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços.
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.
- VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO SIGILO

13.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS - <http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;
- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

15.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo



de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes deste CONTRATO, pelo futuro CONTRATADO implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

17.2. Da advertência:

17.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao CONTRATADO, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será o CONTRATADO advertido sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

17.3. Da multa:

17.3.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste TR e no CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I – multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III – multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
 - f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
 - h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;
 - j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- IV – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- V – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;
- VI – indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

17.3.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 17.3.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

17.3.3 O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

17.3.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

17.3.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

17.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

17.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.



17.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no CONTRATO e das demais cominações legais.

17.5. Dos procedimentos

17.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.

17.5.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.5.4. Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório/contratação direta não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.

17.5.5. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:

I. julgar as defesas prévias;

II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

17.5.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.

17.5.6.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

17.5.6.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;

II. execução da garantia do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente, se houver garantia;

III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:

- a) atrasos injustificados;
- b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da PBH ATIVOS;
- c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
- e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO.
- f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
- i) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
- j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
- l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.2.2. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

- I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE, caso haja;



II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

19.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

19.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

19.4 A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PUBLICAÇÃO

20.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

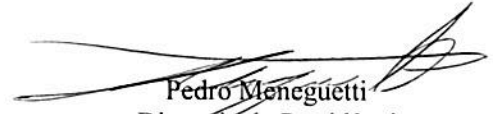
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO FORO


21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.


Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2020

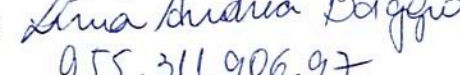

Soraya Mourthé
Diretoria Executiva
PBHATIVOS


Pedro Meneguetti
Diretoria da Presidência
PBHATIVOS


Leandro Moreira Garcia
Diretor Presidente
PRODABEL S/A

Testemunhas:


Nome: LUANA INÁCIA DE MOURA
CPF: 147.208.287-79


Nome: LÍVIA ANDRESSA BAGGIO
CPF: 955.311.906-97

ANEXO I –ESCOPO DO SERVIÇO / PROJETO BÁSICO

1. A prestação de serviços técnicos de informática e informação, ocorrerá conforme demanda da PBH Ativos, contemplando os serviços abaixo:
 - 1.1. DISPONIBILIZAÇÃO DE CONEXÃO À REDE MUNICIPAL DE INFORMÁTICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – RMI PARA ACESSO SEGURO AOS DADOS, SISTEMAS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC DO MUNICÍPIO E/OU DA CONTRATANTE;
 - 1.2. DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA SIATU (SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E URBANA) DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS IMPLANTADO, POSSIBILITANDO A ACESSO ÀS INFORMAÇÕES, CONTROLE, E O GERENCIAMENTO DO FLUXO OPERACIONAL E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES ARMAZENADAS NO BANCO DE DADOS DO MUNICÍPIO E/OU DA CONTRATANTE;
 - 1.3. DISPONIBILIZAÇÃO DE MAPAS E PLANTAS CARTOGRÁFICAS, E INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS CADASTROS GEOREFERENCIADOS DO MUNICÍPIO ARMAZENADAS NO BANCO DE DADOS DA CONTRATADA, BEM COMO SERVIÇOS DE VISTORIAS DEMANDADOS PELA CONTRATANTE PARA APURAÇÃO E MEDIÇÃO DE ÁREAS IMOBILIÁRIAS E PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO;
 - 1.4. CERTIFICAÇÃO, HABILITAÇÃO, MONITORAMENTO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E SEGURANÇA DE ACESSO POR DESKTOPS E DEMAIS PERIFÉRICOS DE TIC DA CONTRATANTE A SEREM CONECTADOS À RMI;
 - 1.5. CONSULTORIAS PARA SOLUÇÕES QUE DEMANDEM CONEXÃO À RMI PARA INTEGRAÇÃO E/OU INTEROPERABILIDADE AOS SERVIÇOS DE TIC DO MUNICÍPIO E/OU DA CONTRATADA;
 - 1.6. SUPORTE E HOSPEDAGEM DO SISTEMA DE GESTÃO TOTVS PROTHEUS NO DATA CENTER;
 - 1.7. ELABORAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ACEITES DE AQUISIÇÕES DE *SOFTWARE E HARDWARE* PELA CONTRATANTE POR NECESSIDADE DE SIGILO, INTEGRIDADE, PADRONIZAÇÃO E SEGURANÇA DE TIC DA RMI;
 - 1.8. CERTIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE PONTOS LÓGICOS E CONEXÃO DE REDE LAN/WAN CONTRATADOS/ADQUIRIDOS PELA CONTRATANTE;
 - 1.9. HOSPEDAGEM DE *SOFTWARE E HARDWARE* NO DATACENTER DA CONTRATADA QUE DEMANDEM ACESSO OU USO INTEGRADO DE SERVIÇOS À RMI POR NECESSIDADE DE SIGILO, INTEGRIDADE, PADRONIZAÇÃO E SEGURANÇA DE TIC DO MUNICÍPIO E/OU DA CONTRATANTE;
 - 1.10. UTILIZAÇÃO DE CORREIO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO GERENCIADO E PADRONIZADO PELA CONTRATADA PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA;
 - 1.11. MANUTENÇÃO ADAPTATIVA, PREVENTIVA E SUPORTE PRESENCIAL DE SISTEMAS APLICATIVOS DE PROPRIEDADE DA PRODABEL, POR HOMEM/HORA TRABALHADO, COMO SERVIÇO DE CONSULTORIA DE ANÁLISE E PROGRAMAÇÃO, PARA USO INTEGRADO A OUTRAS SOLUÇÕES DE TIC DO MUNICÍPIO E/OU IMPLANTADOS NA RMI.



2. Os preços estabelecidos para compor os serviços discriminados no item 1 deste anexo, são:

2.1. Serviços de consultoria por homem/hora de desenvolvimento, aquisições e projetos de TIC em conformidade aos aspectos de segurança e sigilo da informação, possibilitando a certificação e instalação na RMI:

Tipos de consultorias e serviços especializados de TIC	Valor hora
a) Serviço de Rede	RS 171,60
b) Serviço de Projeto	
c) Serviço de Segurança	
d) Serviço de Aplicação e de Suporte (treinamento, análise e programação, desenvolvimento e licenciamento, geoprocessamento, software básico e infraestrutura)	
e) Serviço de Desktop e Periféricos	

2.2. Serviço de manutenção da Cessão dos Direitos Creditórios de Ativos do Sistema SIATU de acordo com os aspectos de propriedade e confidencialidade da informação Municipal e/ou de propriedade da CONTRATADA:

Tipo	Valor
a) Manutenção corretiva, adaptativa e preventiva, e suporte do Sistema Siatu, limitado a 60 horas ao mês, devendo toda hora excedente ser definida de acordo com o valor indicado no item anterior - "2.1".	RS 8.676,28 (valor fixo mensal)
b) Desenvolvimento e manutenção de nova Cessão dos Direitos Creditórios de Ativos, além dos serviços e informações relacionados já implantados na produção em maio de 2014.	Sob demanda e contra apresentação de proposta técnica e financeira de fornecimento para prestação do serviço

2.3. Serviço de projeto, certificação, habilitação e configuração de novas conexões de Rede WAN/LAN, integrando-se aos aspectos de segurança, sigilo e padrões da RMI:

Tipo	Valor unitário
a) Demandas de projeto com definição, configuração, instalações e certificação de rede WAN/LAN, em outro local/fora do endereço atual da CONTRATANTE	Sob demanda e apresentação de projeto e proposta técnica e comercial

2.4. Serviço de cadastramento e gestão de Contas (AD - *Active Directory* e Correio Eletrônico do Município) e de certificação e habilitação de Periféricos e Desktops de TIC, garantindo-se os aspectos de segurança, sigilo e controle na RMI:

Tipo	Valor unitário
a) Abertura, habilitação e manutenção de Conta, certificação e habilitação de Desktop e Periféricos, por cobrança fixada por chamado e por equipamento.	R\$ 115,86

2.5. Pacote de serviços baseados no uso padronizado da RMI/Internet, conforme aspectos de sigilo e segurança da informação e comunicação do Município:

Tipo	Valor unitário
<p>a) Serviços de Tecnologia, Informação e Comunicação compreendendo, via RMI:</p> <p>a.1) Acesso aos Sistemas no Datacenter da CONTRATADA, principalmente as informações do fluxo da Cessão de Ativos dos Direitos Creditórios das Debentures implementados no Sistema Siatu, informações e mapas de georreferenciamento, dentre outros de interesse da CONTRATANTE⁽²⁾</p> <p>a.2) Acesso ao portal de especificação técnica;</p> <p>a.3) Monitoração de uso e acessos da RMI/Internet;</p> <p>a.4) Segurança da Informação trafegada;</p> <p>a.5) Gestão de serviços operacionais;</p> <p>a.6) Utilização do Call Center para registro e</p>	<p>R\$ 12.055,86</p> <p>(Valor Fixo Mensal)⁽¹⁾</p>

acompanhamento de solicitações à CONTRATADA;	
<p>b) Os acessos à RMI, Internet e à utilização dos links de comunicação da RMI, serão serviços prestados sem ônus para o CONTRATANTE.</p> <p>c) Franquia por 12 meses a partir da assinatura do contrato para atendimento aos seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 200 atendimentos <i>in-loco</i>/ano, mediante solicitação da Contratante, referente à manutenção preventiva e corretiva, de Desktops e Periféricos (equipamentos de uso da Contratante, registrados e conectados a RMI) garantindo-se a continuidade e estabilidade do fluxo operacional da Cessão de Ativos dos Direitos Creditórios para acesso, via RMI, de usuários ao Sistema Siatu e aos serviços e informações municipais previstos no estatuto da CONTRATANTE. - instalação de 5 pontos de rede lógicos no local da sede da CONTRATANTE 	

Nota(1): Os serviços de apoio técnico comercial do gerente de relacionamento estão inclusos no preço deste item.

Nota(2): Para uso dos sistemas acessados através da RMI faz-se necessária a autorização pelos respectivos gestores dos sistemas da Prodabel e na PBH.

Especificação técnica de *hardware*, *softwares* e soluções de TIC, inexistente no portal da PBH:

Tipo	Valor unitário
a) Nova especificação técnica, <i>hardware</i> , <i>Softwares</i> e <i>serviços/soluções de TIC</i> , inexistente no portal da PBH	Sob demanda e contra apresentação de proposta técnica e financeira de fornecimento para prestação do serviço

2.6. Serviços de Geoprocessamento para acesso aos cadastros, informações e acervos relacionados, de propriedade do Município e armazenados no Datacenter da CONTRATADA:

Tipo	Valor unitário
a) Acessos/Relatórios/Consultas e plantas/mapas e dados alfanuméricos de Geoprocessamento, bem como demandas de vistorias em campo em áreas imobiliárias do patrimônio do Município.	Sob demanda e contra apresentação de proposta técnica e financeira de fornecimento para prestação do serviço

2.7. Serviço de Hospedagem no Datacenter da PRODABEL do Sistema TOTVS/Protheus;

Tipo	Valor fixo mensal
Hospedagem no Datacenter da PRODABEL da solução TOTVS Protheus referente a suporte e manutenção de 6 (seis) licenças de uso, contemplando:	
a) Hospedagem no Datacenter da PRODABEL da solução TOTVS Protheus;	R\$ 3.517,37
b) Atualização de licenças, suporte e manutenção para 06 (seis) licenças da solução TOTVS Protheus;	
c) Serviços de gestão do ambiente e de versionamento;	
d) Serviços de interface com a empresa TOTVS, fornecedora da solução.	

2.8. Serviços técnicos que demandem especificidades no uso da RMI e acesso às soluções da CONTRATADA ou do Município não definidos nos itens anteriores. Nestes casos, poderão ser ofertados sob demanda e contra a apresentação de proposta técnica e comercial

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA

PRODABEL

 **PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

Proposta técnica
comercial

Contratação de serviços técnicos de Informática e Informação

PBH Ativos

Prodabel - Av. Presidente Carlos
Luz, 1275 - Cacerua - BH - MG

31 3277-8451

thiago.rangel@pbh.gov.br

Constitui o objeto do presente instrumento a contratação de serviços técnicos de Informática e Informação, conforme especificações constantes nesse documento.

Para atingir o objetivo da proposta técnica e comercial definida nesse documento, a PRODABEL especifica os seguintes serviços e produtos como escopo de sua proposta, a saber:

- 1.1. Disponibilização de conexão à Rede Municipal de Informática do Município de Belo Horizonte (RMI) para acesso seguro aos dados, sistemas e serviços de tecnologia da informação e comunicação do município e/ou da contratante;
- 1.2. Desenvolvimento e manutenção do sistema SIATU (Sistema Integrado de Administração Tributária e Urbana) da cessão dos direitos creditórios implantado, possibilitando o acesso às informações, controle, e o gerenciamento do fluxo operacional e acesso às informações armazenadas no banco de dados do município e/ou da contratante;
- 1.3. Disponibilização de mapas e plantas cartográficas, e informações relacionadas aos cadastros georeferenciados do município armazenadas no banco de dados da contratada, bem como serviços de vistorias demandados pela contratante para apuração e medição de áreas imobiliárias e patrimoniais do município;
- 1.4. Certificação, habilitação, monitoramento, manutenção preventiva e segurança de acesso por desktops e demais periféricos de TIC da contratante a serem conectados à RMI;
- 1.5. Consultorias para soluções que demandem conexão à RMI para integração e/ou interoperabilidade aos serviços de TIC do município e/ou da contratada;
- 1.6. Suporte e hospedagem do sistema de gestão Totvs Protheus no Data Center;
- 1.7. Elaboração de especificações técnicas e testes de aquisições de *software e hardware* para contratante por necessidade de sigilo, integridade, padronização e segurança de TIC da RMI;
- 1.8. Certificação e habilitação de pontos lógicos e conexão de rede LAN/WAN contratados e integrados pela contratante;
- 1.9. Hospedagem de *software e hardware* no datacenter da contratada que demandem acesso seguro, uso integrado de serviços à RMI por necessidade de sigilo, integridade, padronização e segurança de TIC do município e/ou da contratante;
- 1.10. Utilização de correio eletrônico do município gerenciado e padronizado pela contratada para a administração direta e indireta;
- 1.11. Manutenção adaptativa, preventiva e suporte presencial de sistemas aplicativos de propriedade da Prodabel, por homem/hora trabalhado, como serviço de consultoria de análise e programação para uso integrado a outras soluções de TIC do município e/ou implantados na RMI.

2. Os preços estabelecidos para compor os serviços discriminados no item 1 deste anexo são:

2.1. Serviços de consultoria por homem/hora de desenvolvimento, aquisições e projetos de TIC em conformidade aos aspectos de segurança e sigilo da informação, possibilitando a certificação e instalação na RMI:

Tipos de consultorias e serviços especializados de TIC	Valor hora
--	------------



a) Serviço de Rede	R\$ 171,60
b) Serviço de Projeto	
c) Serviço de Segurança	
d) Serviço de Aplicação e de Suporte (treinamento, análise e programação, desenvolvimento e licenciamento, geoprocessamento, software básico e infraestrutura)	
e) Serviço de Desktop e Periféricos	

2.2. Serviço de manutenção da Cessão dos Direitos Creditórios de Anos do Sistema SIAU de acordo com os aspectos de propriedade e confidencialidade da informação Municipal e/ou de propriedade da CONTRATADA:

Tipo	Valor
a) Manutenção corretiva, adaptativa e preventiva, e suporte do Sistema SIAU, limitado a 60 horas ao mês, devendo toda hora excedente ser definida de acordo com o valor indicado no item anterior - "2.1".	R\$ 8.676,28 (valor fixo mensal)
b) Desenvolvimento e manutenção de nova Cessão dos Direitos Creditórios de Anos, além dos serviços e informações relacionados já implantados em produção.	Sob demanda e contra apresentação de proposta técnica e financeira de licenciamento para prestação dos serviços.

2.3. Serviço de projeto, certificação, habilitação e configuração de novas conexões de Rede WAN/LAN, integrando-se aos aspectos de segurança, sigilo e padrões da RMI:

Tipo	Valor unitário
a) Demandas de projeto com definição, configuração, instalações e certificação de rede WAN/LAN, em outro local/fora do endereço anual da CONTRATANTE.	Sob demanda e apresentação de projeto e proposta técnica e financeira.

2.4. Serviço de cadastramento e gestão de Contas (AD - *Atualização de Dados* e *Contas Habilitadas* do Município) e de certificação e habilitação de Periféricos e Desktops de TI, garantindo-se os aspectos de segurança, sigilo e controle na RMI:

Tipo	Valor unitário
a) Abertura, habilitação e manutenção de Conta, certificação e habilitação de Desktop e Periféricos, por cobrança fixada por chamado e por equipamento.	R\$ 115,86

2.5. Pacote de serviços baseados no uso padronizado da RMI/Internet, conforme aspectos de segurança da informação e comunicação do Município:

Tipo	Valor unitário
<p>a) Serviços de Tecnologia, Informação e Comunicação compreendendo, via RMI:</p> <p>a.1) Acesso aos Sistemas no Datacenter da CONTRATADA, principalmente as informações do fluxo da Cessão de Ativos dos Direitos Creditórios das Debentures implementados no Sistema Siatu, informações e mapas de georreferenciamento, dentre outros de interesse da CONTRATANTE;²⁾</p> <p>a.2) Acesso ao portal de especificação técnica;</p> <p>a.3) Monitoração de uso e acessos da RMI/Internet;</p> <p>a.4) Segurança da Informação trafegada;</p> <p>a.5) Gestão de serviços operacionais;</p> <p>a.6) Utilização do Call Center para registro e acompanhamento de solicitações a CONTRATADA;</p> <p>b) Os acessos à RMI, Internet e à utilização dos links de comunicação da RMI, serão serviços prestados sem ônus para o CONTRATANTE.</p> <p>c) Franquia por 12 meses a partir da assinatura do contrato para atendimento aos seguintes itens:</p> <p>- 200 atendimentos <i>in loco</i>/ano, mediante solicitação da Contratante, referente à manutenção preventiva e corretiva, de Desktops e Periféricos (equipamentos de uso da Contratante, registrados e conectados a RMI) garantindo-se a continuidade e estabilidade do fluxo operacional da Cessão de Ativos dos Direitos Creditórios para acesso, via RMI, de usuários ao Sistema Siatu e aos serviços e informações municipais previstos no estatuto da CONTRATANTE;</p> <p>instalação de 5 pontos de rede lógicos no local da sede da CONTRATANTE.</p>	<p>R\$ 12.055,86</p> <p>(Valor Fixo Mensal)</p>

Nota(1): Os serviços de apoio técnico comercial do gerente de relacionamento estão incluídos no preço deste item.

Nota(2): Para uso dos sistemas ativados através da RMI, fazer necessária a autorização pelo responsável técnico dos sistemas da Prodabel e na PBI).

2.6. Especificação técnica de *hardware*, *software* e soluções de TIC, existente no portal da PBH

Tipo	Valor unitário
1. Nova especificação técnica, <i>hardware</i> , <i>software</i> e <i>serviços/soluções de TIC</i> , existente no portal da PBH	Solo demanda e contra apresentação de proposta técnica e financeira de fornecimento para prestação do serviço.

2.7. Serviços de Geoprocessamento para acesso aos cadastros, informações e acessos relacionados, de propriedade do Município e armazenados no DataCenter da CONTRATADA.

Tipo	Valor unitário
1. Acessos/Relatórios/Consultas e plantas/mapas e dados altamétricos de Geoprocessamento, bem como demandas de vistas em campo em áreas imobiliárias do patrimônio do Município.	Solo demanda e contra apresentação de proposta técnica e financeira de fornecimento para prestação do serviço.

2.8. Serviço de Hospedagem no Datacenter da PRODABEL do Sistema TOTVS Protheus;

Tipo	Valor fixo mensal
Hospedagem no Datacenter da PRODABEL, da solução TOTVS Protheus referente a suporte e manutenção de 6 (seis) licenças de uso, contemplando:	R\$ 3.517,37
1. Hospedagem no Datacenter da PRODABEL, da solução TOTVS Protheus;	
2. Atualização de licenças, suporte e manutenção para 06 (seis) licenças da solução TOTVS Protheus;	
3. Serviços de gestão do ambiente e de versionamento;	
4. Serviços de interface com a empresa TOTVS, fornecedora da solução.	

Serviços técnicos que demandem especificidades no uso da RMI e acesso ao sistema de CONTRATADA ou do Município não definidos nos itens anteriores. Nestes casos, deverá ser solicitada proposta técnica e comercial.

3. Essa proposta técnica e comercial não cobre os seguintes itens descritos abaixo:

3.1. A PRODABEL não proverá nenhuma solução de hardware adicional;

3.2. A PRODABEL não se compromete a atender a qualquer item do escopo desta proposta, desde que ela receba os dados e as informações necessárias nas condições e nos prazos estabelecidos. Essas condições e prazos devem ser acordados e estabelecidos antes da efetivação de contratos de prestação desses serviços.

Belo Horizonte, 4 de fevereiro de 2020.

Thiago Rangel
Superintendente de Engenharia
PRODABEL - PBH



